

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INFOCAPES

Boletim Informativo V.I N.2 out/dez 1993

05)
bi
n.2
2
6.1530

INFOCAPES - Boletim informat



0000002596



C A P E S

Presidente da República
Itamar Franco

Ministro da Educação e do Desporto
Murílio Hingel

Presidente da Fundação CAPES
Maria Andréa Loyola

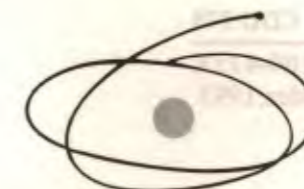
MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

378(05)
I43i
v.01
n.2
ex.2

INFOCAPES

Boletim Informativo V.I N.2 out/dez 1993



CAPES

O Boletim Informativo é uma publicação técnica, editada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos

de alto nível. Divulga documentos que discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades e comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Mantém seção com a lista de bolsistas sem vínculo empregatício e que estão concluindo seus cursos e espaço para oferta de oportunidades de trabalho acadêmico. Na seção CAPES RESPONDE divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Comissão Coordenadora

Fernando Spagnolo
Darson Astorga De La-Torre
Sandra Freitas

Assessoria de Comunicação e Documentação

Catarina Glória de Araujo Neves
Coordenadora

Elaine Pereira de Souza

Projeto Gráfico
Modonovo Design Ltda

Diagramação
ArteFactu Propaganda Ltda

Periodicidade
trimestral

Tiragem
4.000 exemplares

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência. Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Endereço para correspondência:
CAPES
Divisão de Estudos e Divulgação Científica (DED)
Ministério da Educação e do Desporto - Anexo II -
2º andar
70 047-900 - Brasília - DF. Fax: (061) 225.2350

INFOCAPES Boletim Informativo/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - vol. 1, n.2 (1993)-, Brasília: CAPES, 1993 -

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CDU 378

ISSN 0104-415X

Bol. inf., Brasília, v.1, n.2, p. 01-23, out./dez. 1993.

SUMÁRIO

EDITORIAL Repensando a pós-graduação Maria Andréa Loyola	5
ESTUDOS E DADOS Bolsistas brasileiros no Exterior (II): onde estão, o que estudam Fernando Spagnolo	7
DOCUMENTO A atuação do MEC, através da CAPES, no desenvolvimento da capacidade institucional de formação de recursos humanos e na consolidação da pós-graduação	10
MERCADO DE TALENTOS	15
INFORMES CAPES Novidades Comunicados	17
CAPES RESPONDE	20
OPINIÃO Por que e como avaliar? Ana Maria Fernandes	21

REPENSANDO A PÓS-GRADUAÇÃO

Existe um razoável consenso, pelo menos na comunidade acadêmica, de que a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil cresceu rapidamente e com grande eficiência, constituindo-se, no contexto educacional brasileiro da atualidade, o setor mais bem sucedido de todo o sistema de ensino do País. Num curto espaço de menos de 30 anos, foram implantados cursos de mestrado e de doutorado em praticamente todas as áreas do conhecimento e os dados oriundos do processo de avaliação desses cursos indicam que grande parte deles estão consolidados e têm prestado uma efetiva contribuição para a formação de recursos humanos de alto nível para o País.

Parece haver também um certo acordo de que, apesar de seus avanços, este sistema exige algumas correções e que a pós-graduação como um todo necessita, para aprimorar-se, que algumas questões sejam enfrentadas. Além da ampliação do número de doutorados, da correção das desigualdades regionais (que a CAPES vem enfrentando através da reativação do Projeto Norte e da implantação do Projeto Nordeste de Pós-Graduação) e de outras que teremos oportunidade de comentar neste Boletim, duas questões parecem preocupar particularmente a comunidade acadêmica.

Uma delas diz respeito aos critérios adotados na avaliação dos cursos que acabaram por igualar, muitas vezes numa mesma área, cursos que na realidade apresentam desempenhos diferentes. Neste sentido, a CAPES está efetuando uma consulta, através de um questionário, a especialistas da comunidade acadêmico-científica nas diferentes áreas do conhecimento (atuais e ex-coordenadores de áreas da CAPES e consultores indicados por esses coordenadores) sobre os requisitos que deverão ser preenchidos pelos cursos de mestrado e de doutorado para serem classificados como A. Embora introduza alguma quantificação para facilitar a apuração dos resultados, este questionário dá indicações e espaços suficientes para que os especialistas consultados introduzam critérios qualitativos que, estes sim, provavelmente produzirão a diferença almejada. O resultado desta consulta deverá subsidiar o estabelecimento, pelo CTC, dos critérios mais adequados para aqueles cursos, por área, e, se for possível, por grandes áreas ou até mesmo para todas as áreas. Espera-se que esses novos critérios incorporem aspectos mais qualitativos dos cursos e que possam ser utilizados já na próxima avaliação.

Uma outra questão diz respeito a atual capacidade do sistema de pós-graduação *stricto sensu* em atender às necessidades de formação de recursos humanos de alto nível, tendo em vista as mudanças ocorridas no País e no próprio sistema nacional de pós-graduação, que apresenta hoje grande diversidade, não somente entre as diversas áreas como dentro de uma mesma área do conhecimento. Algumas alternativas têm sido pensadas para enfrentar essa questão. Como não existe consenso em torno destas sugestões, a CAPES está efetuando um estudo

cujo objetivo é subsidiar a discussão deste problema na comunidade científica e nos órgãos colegiados da CAPES. Para isso foi elaborado um questionário, enviado aos cursos de pós-graduação, que visa colher dados sobre o tipo de formação acadêmica e profissional que os cursos vêm fornecendo aos seus estudantes e que tipo de clientela os programas vêm atendendo, além de colher sugestões sobre possíveis mudanças no sistema de pós-graduação. Sabemos que os coordenadores de cursos são sobrecarregados por excessivos pedidos de informação que partem das diferentes agências de fomento e da própria instituição. Mas, como não dispomos de outra alternativa para colher as informações corretas, atualizadas e, sobretudo, as sugestões que traduzam a experiência e a reflexão da comunidade acadêmico-científica como um todo, tornou-se necessária a aplicação deste instrumento.

Espera-se que os resultados deste estudo permitam avançar o debate e a implantação de novas modalidades de qualificação pós-graduada, que mantendo e aprimorando o padrão de qualidade já alcançado, possam ampliar o leque de alternativas para a formação de recursos humanos de alto nível demandados pelos sistemas acadêmico e extra-acadêmico do País.

M^{te} Andréa Loyola Professora Doutora da UERJ e da UNICAMP, atual Presidente da CAPES

BOLSISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR (II) : ONDE ESTÃO, O QUE ESTUDAM

Fernando Spagnolo *

Os bolsistas brasileiros que estudam no exterior estão espalhados por mais de 20 países, mas em poucos deles estão concentrados de forma significativa. A escolha do país e da instituição é o resultado de interesses diversificados: afinidades de sistemas educacionais e tradições culturais, reconhecida excelência em determinadas áreas, experiências repassadas por mestres e colegas, intercâmbios institucionais e, por fim, preferências e razões pessoais.

Este segundo artigo sobre os bolsistas brasileiros no exterior oferece uma visão das áreas do conhecimento e das universidades para onde se orientam, prioritariamente, nossos estudantes, nos vários países.

ONDE ESTÃO

Três países têm a preferência, em proporções quase iguais, de 75% de nossos bolsistas: Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. Outros três países também são procurados em proporções praticamente iguais, mas por um número sensivelmente menor de bolsistas (5%): Alemanha, Canadá e Espanha. Nesses seis países encontram-se 90% dos estudantes brasileiros no exterior. Cabe ainda mencionar Bélgica, Itália, Portugal e Holanda, que congregam, juntos, cerca de 5% do total de bolsistas. Os restantes estão distribuídos em pouco mais de uma dezena de países, desde a vizinha Argentina até os distantes Japão e Nova Zelândia.

Entre todas as cidades, Paris é a que registra a maior concentração de estudantes brasileiros: cerca da metade dos bolsistas na França estão na capital. Londres é a segunda maior concentração, abrigando um terço dos bolsistas na Grã-Bretanha. Do total

* Chefe da Divisão de Estudos e Divulgação Científica (DED) da CAPES e Professor Doutor das Faculdades Integradas da Católica de Brasília.

de bolsistas no exterior, um em cada cinco encontra-se numa dessas duas capitais européias. Nos Estados Unidos não há cidade que concentre em si proporções tão expressivas de bolsistas.

Na Inglaterra, a instituição mais procurada pelos bolsistas brasileiros é a Universidade de Londres, com seu conjunto de *colleges*, escolas e institutos. Entre eles destacam-se o "Imperial College" e o "University College of London". Em grau menor, a demanda se orienta para a "London School of Economics", o "Queen Mary College" e a "London School of Hygiene and Tropical Medicine". A segunda instituição mais procurada é a tradicional Universidade de Oxford e, a seguir, encontramos as universidades de Cambridge, Reading, Sussex, Manchester, Sheffield, Southampton, Kent e Edimburgh.

Na França, a instituição que mais congrega estudantes brasileiros é a "École des Hautes Études en Sciences Sociales". Em seguida vem as várias universidades de Paris, na ordem: Paris VII e Paris XI, Paris VI, Paris V e Paris I (a Sorbonne), Paris III, Paris VIII, Paris XIII e Paris X. Fora da capital, são centros importantes de estudo as cidades de Toulouse e Grenoble, sobretudo pelo "Institut National Polytechnique" (em ambos os centros), a "Université Paul-Sabatier - Toulouse III", e a "Université Joseph Fourier", em Grenoble.

Nos Estados Unidos, as dez universidades que dividem as preferências dos estudantes brasileiros são, na ordem: Illinois (Urbana), Florida, Wisconsin, Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.), Cornell, Purdue, California-Davis, Boston, Michigan e Pennsylvania.

Um segundo grupo de universidades bastante solicitadas compreende, além das prestigiosas Harvard, John Hopkins e Stanford, as Universidades da Califórnia (UCLA e Berkeley), as de Nova York (incluindo a City University-Cuny),

Southern Carolina, Minnesota e Indiana. Nas insituições citadas encontram-se quase a metade dos bolsistas nos Estados Unidos; a outra metade está distribuída em mais de 150 outras universidades e institutos.

Na Alemanha cabe destacar a Universidade de Heberard-Karls de Tübingen, a Universidade Livre de Berlim, a de Stuttgart e a Tierarzliche Hochschule de Hannover. A maioria dos bolsistas, no entanto, está distribuído de forma bastante uniforme entre duas dezenas de outras universidades e escolas.

No Canadá, metade dos bolsistas brasileiros está concentrada em quatro Universidades: Toronto, Waterloo, Montreal e Laval. Na Espanha, a grande concentração é na Universidad Complutense de Madrid e, em grau menor, na Universidad de Barcelona, na Politecnica de Madrid e de Catalunya, e na Universidad de Córdoba.

O QUE ESTUDAM ?

Os bolsistas no exterior são, em sua maioria, doutorandos (80%) que já obtiveram o título de mestre no Brasil. Além dos que realizam todo seu curso de doutorado no exterior, existem os que fazem o chamado "doutorado sanduíche" (projeto e defesa de tese no País, e parte dos estudos no exterior). Esta modalidade é seguida hoje por 8% dos doutorandos. Os estudos de pós-doutorado estão recebendo crescente atenção por parte das agências e, atualmente, 10% do total de bolsistas se enquadram nesta categoria. No global, são poucas as bolsas concedidas para mestrado e especialização,

respectivamente 6% e 4%, que atendem sobretudo a áreas específicas, como veremos abaixo.

Quase a metade dos bolsistas realizam estudos em Ciências Exatas e Engenharias (respectivamente 22% e 18%). Proporções semelhantes de bolsistas encontram-se nas Ciências Biológicas, Humanas e Sociais Aplicadas (12%). As Ciências da Saúde contam com 10%, Ciências Agrárias, com 8%, Artes, com 4%, Letras e Linguística, com 2%.

Em termos de áreas de conhecimento, a Informática domina em termos absolutos. Nas Ciências Exatas destacam-se, além da Informática (responsável por um quarto das bolsas dessa Grande Área), a Física e a Química. Nas Engenharias, o destaque vai para Engenharia Elétrica e, em segundo plano, para as Engenharias Mecânica e Civil. Nas Ciências da Saúde prevalece a Medicina com suas várias especialidades. Psicologia, Educação, e Sociologia, nas Ciências Humanas; Economia, nas Ciências Sociais Aplicadas; Bioquímica, Genética e Ecologia, nas Ciências Biológicas; Agronomia, nas Ciências Agrárias e Música, nas Artes. Chama atenção que o contingente de bolsistas em Música supera o número de bolsistas em áreas tais como: Administração, Direito, Engenharia Química, Engenharia de Materiais, Matemática, Bioquímica, Genética, Farmácia, Veterinária, entre outras. No conjunto, entretanto, as áreas científicas e tecnológicas são as mais favorecidas pelas agências (70% das bolsas) em relação às áreas humanas e sociais.

A Tabela 1 mostra as características atípicas de algumas áreas do conhecimento quanto ao nível de estudos pretendidos pelos bolsistas em relação à tendência geral, que é claramente orientada para o doutorado.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS BOLSAS POR NÍVEL EM ALGUMAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

Nível Área	Especialização %	Mestrado %	Doutorado %	Pós-Doutorado %
ARTES	4	30	62	4
MÚSICA	10	45	45	0
COMUNICAÇÃO	7	23	63	7
FARMÁCIA	20	12	62	6
MEDICINA	18	4	54	24
ODONTOLOGIA	8	22	63	17
ASTRONOMIA	0	0	87	13
FÍSICA	0	0	75	25
MATEMÁTICA	0	0	80	20
BIOQUÍMICA	10	0	71	19
FISIOLOGIA	0	0	67	33
SOCIOLOGIA	0	0	92	8
PLANEJ.URBANO	0	0	100	0
TODAS AS ÁREAS	4	6	80	10

É interessante observar as características de cada país em termos de áreas consideradas mais "fortes" - a julgar pela demanda e pelas bolsas concedidas pelo Governo Brasileiro. Os Estados Unidos se destacam em Ciências Agrárias e Música; a França, em Sociologia e Psicologia; a Grã-Bretanha em Informática e Bioquímica.

Dentre os países "menores", também observam-se algumas tendências bem definidas: os que vão para Alemanha procuram mais Engenharia Elétrica, Física, Geociências, Medicina e Veterinária; na

Áustria, Física; no Canadá, Engenharia Elétrica; na Espanha, Agronomia; na Itália, Química; em Portugal, História, Educação Física e Letras; na Suécia, Odontologia.

O Quadro a seguir apresenta as áreas mais procuradas nos três países maiores receptores de bolsistas brasileiros. Existem áreas onde é evidente a preferência por um determinado país; outras, onde a maior procura divide-se entre dois países e, também, aquelas onde os três países são igualmente procurados.

ÁREAS DE CONHECIMENTO MAIS PROCURADAS NOS ESTADOS UNIDOS, FRANÇA E GRÃ-BRETANHA

ESTADOS UNIDOS: Agronomia, Economia, Música, Recursos Florestais e Engenharia de Minas.

FRANÇA: Sociologia, Psicologia, Geociências, Direito, História e Filosofia.

GRÃ-BRETANHA: Informática, Bioquímica, Microbiologia, Engenharia Elétrica, Engenharia de Transportes, Engenharia Naval e Oceanografia.

ESTADOS UNIDOS / FRANÇA: Antropologia, Artes Plásticas e Engenharia Sanitária.

ESTADOS UNIDOS / GRÃ-BRETANHA: Engenharia Civil, Mecânica, de Materiais e Biomédica, Ecologia, Genética, Medicina, Odontologia e Estatística.

FRANÇA / GRÃ-BRETANHA: Engenharia Química, Farmácia, Farmacologia, Arquitetura, Planejamento Urbano.

ESTADOS UNIDOS/FRANÇA/GRÃ-BRETANHA: Administração, Ciências Políticas, Comunicação, Engenharia Agrícola, Engenharia de Produção, Educação, Letras e Linguística, Física, Química, Matemática, Fisiologia, Imunologia, Nutrição, Parasitologia, Zoologia e Zootecnia.

No próximo artigo da série, será apresentada a avaliação que os bolsistas fazem dos cursos, dos docentes e das condições de estudo e de

pesquisa encontradas nos departamentos e laboratórios das universidades para onde se dirigem, no exterior.

A ATUAÇÃO DO MEC, ATRAVÉS DA CAPES, NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NA CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Documento apresentado na Reunião Nacional da CAPES com os Pró-Reitores de Pós-Graduação
Rio de Janeiro, 29 de junho a 1 de julho de 1993.

A CAPES foi criada com o objetivo de promover o aperfeiçoamento permanente do pessoal de nível superior, de forma a assegurar o melhor desempenho dos demais níveis de ensino e das atividades profissionais dos setores público e privado.

Uma das estratégias adotadas pela CAPES foi o fortalecimento da **capacitação dos docentes** de ensino superior, em larga escala, com vistas a ampliar a competência das instituições na formação de novos docentes, pesquisadores e outros profissionais. Grande parcela dos recursos da CAPES foi aplicada nessa direção, dotando algumas instituições de um corpo docente competitivo com instituições congêneres no exterior. O I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) traz recomendação explícita nesse sentido: "*O ensino superior é um setor de formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e para a sociedade; os cursos de pós-graduação, no sentido estrito - mestrado e doutorado - devem ser regularmente dirigidos para a formação de recursos humanos para o próprio ensino superior*" (2a. edição, p. 07).

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) da CAPES foi implementado com esse objetivo e sua consolidação se deu com tamanha rapidez e seu impacto foi tão importante nas Instituições de Ensino Superior que na reunião de avaliação do programa, realizada em setembro de 1978, "*foi considerado, pela comunidade de reitores e diretores universitários - cerca de 100 Instituições de Ensino Superior - , como o de maior êxito entre as metas preconizadas pelo Plano Nacional de Pós-Graduação*". Por outro lado, embora "*na maioria das instituições a pouca presença e, em algumas, até mesmo a inexistência de órgãos de planejamento tivesse dificultado a ação do PICD*", este programa serviu "*como instrumento de apoio ao planejamento e, em alguns casos, foi o responsável pelo seu início*" (Manual

do Programa Institucional de Capacitação de Docentes, apresentação MEC/SESU/CAPES, Brasília, DF., 1979).

Outra estratégia adotada pela CAPES foi o estímulo à efetiva implantação da pós-graduação brasileira, através de diretrizes, fomento, acompanhamento e avaliação. Essa estratégia visava ampliar a oferta de capacitação no País e obteve o mesmo êxito da primeira. O caráter complementar dessas duas estratégias foi decisivo para o avanço do ensino superior no País e para a consolidação dos grupos de pesquisa. Na expansão e busca da qualidade do sistema como um todo, desempenharam relevante papel as demais agências de fomento tais como o CNPq, a FINEP e as fundações estaduais de apoio à pesquisa. Em menor escala, as fundações das próprias universidades também se destacaram.

A partir da década de 80, no entanto, começa-se a observar um predomínio progressivo da segunda estratégia - a expansão da pós-graduação - sobre a primeira. A mobilização da CAPES para implantar a pós-graduação, foi positiva, por um lado, mas trouxe prejuízos ao esforço inicial e a um dos principais propósitos do PICD, que era o de estimular o planejamento da política institucional de formação de recursos humanos.

De fato, a relação da CAPES com as IES até 1980 fundava-se na qualidade dos planos institucionais, cujo objetivo era elevar o nível dos docentes e ampliar a capacidade de formação de recursos humanos de nível superior - entendido aqui como a participação da comunidade científica. Mantida essa relação, a CAPES teria assegurado a efetivação das duas estratégias e integrado equitativamente sua atuação no âmbito institucional e no setorial. Na realidade, a pressão pela expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* de certa forma "orientou" a atenção da CAPES, principalmente para as seguintes ações:

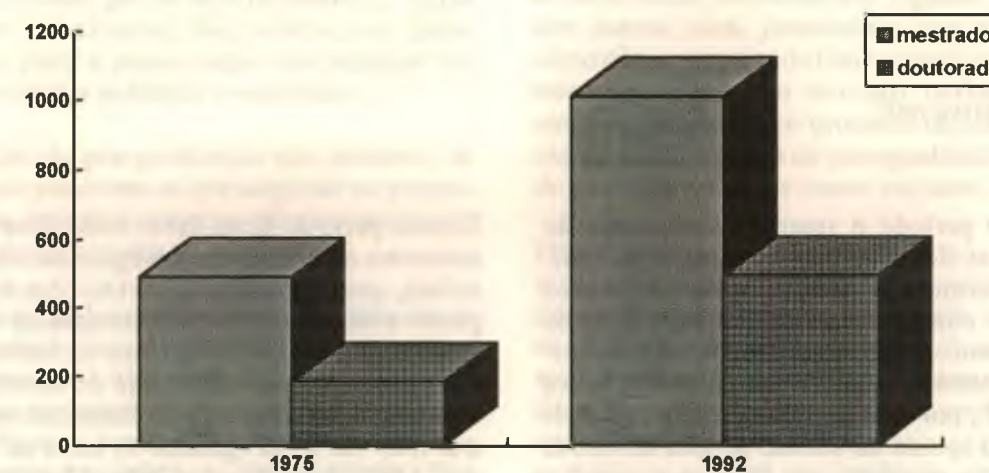
- a) A elaboração de diretrizes que assegurassem padrões de qualidade na organização de cursos;
- b) A avaliação da implantação dos cursos;
- c) A avaliação de seu desempenho;
- d) As formas mais adequadas de fomento ao desenvolvimento setorial;
- e) As perspectivas de formação no exterior para as áreas do conhecimento ainda inexpressivas no País.

Nessa linha de preocupações, a CAPES organizou o Grupo Técnico Consultivo (GTC), o Conselho Técnico-Científico (CTC) e as Comissões de Consultores, cuja atuação foi exercida basicamente na perspectiva da consolidação das áreas do conhecimento no País, consideradas as suas especificidades. O estímulo da CAPES à criação das

pró-reitorias de pós-graduação encaminhou-se no sentido de aprimorar o desempenho dos cursos. A questão institucional que, por sua heterogeneidade, nem sempre era abrangida pelas questões setoriais da pós-graduação, foi sendo deslocada para um plano secundário.

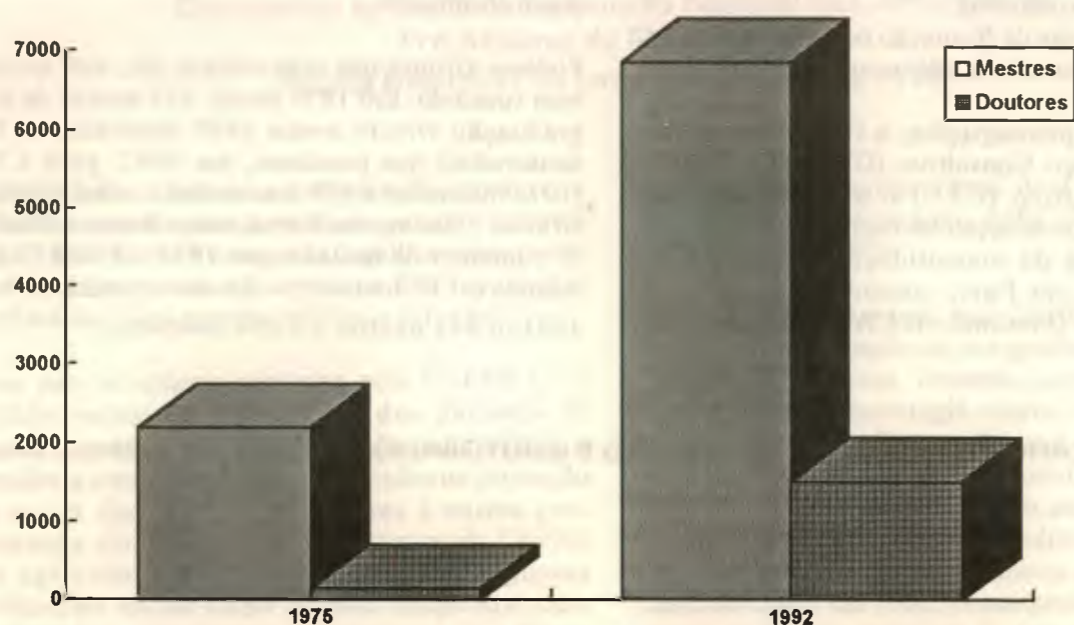
Pode-se afirmar que esse esforço foi, sem dúvida, bem sucedido. Em 1975 havia 673 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (490 mestrados e 183 doutorados) que passaram, em 1991, para 1.509 (1012 mestrados e 497 doutorados), como mostra o Gráfico 1. Da mesma forma, como ilustra o Gráfico 2, o número de titulados em 1975 - 2.309 (2.171 mestres e 138 doutores) - elevou-se para 8.345 em 1991 (6.841 mestres e 1.504 doutores).

GRÁFICO 1 - CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM 1975 E EM 1991



Fonte: MEC/CAPES/DAV, 1992

GRÁFICO 2 - MESTRES E DOUTORES TITULADOS EM 1975 E 1992

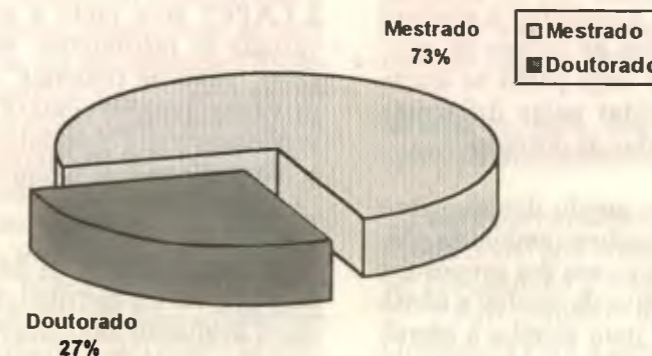


Fonte: MEC/CAPES/DAV, 1992

Nesse mesmo período o setor da pós-graduação apresentou um desenvolvimento bastante equilibrado em termos da distribuição dos cursos por áreas do conhecimento e, ao contrário da graduação, concentrou-se maciçamente em universidades públicas (86% dos mestrados e 93% dos doutorados). E, por fim, a avaliação dos cursos de pós-graduação aponta no sentido de uma acelerada consolidação dos mesmos: em 1979 os cursos A e B representavam 52% do total avaliado; em 1991 chegaram a representar 69% dos mestrados e 73% dos doutorados.

Grande parte do êxito desse setor deve-se aos instrumentos mobilizados pelas agências, de forma articulada, que permitiram às instituições de ensino superior consolidarem seus laboratórios e seus programas de pesquisa, bem como as formas de apoio aos alunos, através de bolsas de mestrado e doutorado no País e no exterior. Essas bolsas chegaram a 29.619 em 1993 (gráfico 3) entre as concessões da CAPES (16.929) e do CNPq (12.690). As bolsas da CAPES no País distribuem-se por 1.321 cursos, atendendo 78 IES e institutos de pesquisa, dos quais 50 são federais, 12 estaduais e 16 particulares.

GRÁFICO 3 - BOLSAS NO PAÍS E NO EXTERIOR CAPES E CNPQ EM 1993



Fonte: MEC/CAPES/DAV, 1992

Esse apoio substancial aos cursos sob a forma de bolsas, aliado à concessão de recursos de fomento, tem sido responsável, em grande parte, pela consolidação da pós-graduação. No entanto, cabe destacar que sem a avaliação periódica dos cursos, seria impossível verificar a real eficácia desses instrumentos. A prática tradicional adotada pelos órgãos públicos de planejamento e de fomento, de submeter à avaliação pelos pares as propostas e os resultados obtidos pelos pesquisadores e pelas instituições do sistema foi, ainda, um fator determinante para a preservação dos recursos em relação às pressões políticas imediatistas.

Se os avanços da pós-graduação são notáveis, os problemas que persistem ou que surgiram no próprio processo de desenvolvimento são numerosos e precisam ser enfrentados.

A CAPES vem, ao longo dos anos, identificando os problemas mais graves e procurando, junto com as demais agências, solucioná-los. É o caso das desigualdades regionais, que se acentuam ano a ano. Os Projetos Norte e Nordeste de Pós-Graduação são uma tentativa de diminuir essas desigualdades. Eles visam um apoio diferenciado por parte das agências de fomento (CAPES, CNPq e FINEP) no sentido de desenvolver centros de excelência em áreas do conhecimento voltadas para o desenvolvimento regional. Nesses projetos o apoio das agências é discutido no âmbito do GTC, mediante propostas dos Pró-Reitores de Pós-Graduação. O Projeto Norte vem recebendo apoio, de acordo com a disponibilidade financeira das agências; o Projeto Nordeste encontra-se ainda em fase de elaboração e discussão entre as instituições da região, já tendo

merecido a visita de consultores indicados pelas agências CAPES, CNPq e FINEP.

Do ponto de vista da avaliação, os desafios que se colocam agora consistem em buscar critérios que evidenciem padrões mais universais de qualidade, calcados no desempenho e também no conteúdo dos cursos. Nesse sentido, a CAPES está promovendo atualmente um estudo, por áreas e grandes áreas do conhecimento, dos critérios vigentes de avaliação dos cursos para, juntamente com a comunidade científica, tentar definir aqueles padrões. É necessário também corrigir certas distorções causadas pelo próprio processo da avaliação e pela expansão do sistema de pós-graduação e formação de recursos humanos como um todo.

De fato, com o crescimento dos cursos de doutorado, torna-se necessário encurtar e redimensionar os cursos de mestrado que, em muitos casos, haviam se transformado em verdadeiros "pequenos doutorados". Por outro lado, as novas demandas originadas pela expansão do sistema produtivo e pela estrutura de empregos no País exigem a incorporação, ao sistema pós-graduado, dos cursos mais profissionalizantes. É preciso retomar a orientação, num certo sentido já apontada no II PNPG (1982), de, por um lado, "buscar modalidades de mestrado e doutorado com características diferentes"; e por outro, valorizar formas de qualificação como o aperfeiçoamento e a especialização, cujo valor formal vem sendo minimizado. Retomando as recomendações daquele Plano, a CAPES tem como meta "incentivar o sistema a melhor se dimensionar, tendo em vista as especificidades de cada área do conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e

as necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos no País, e promover a abertura gradativa do leque de opções de cursos de pós-graduação, com alternativas cujo perfil se ajuste mais às qualificações exigidas pelas diferentes práticas profissionais, incluídas as docentes “.

Estimular, de imediato, um amplo debate sobre novas modalidades de qualificação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* é, pois, um dos propósitos atuais da CAPES, com o objetivo de ampliar a oferta de qualificação diferenciada para atender a outros segmentos da sociedade, além de docentes e pesquisadores. Enfim, a CAPES tem exercido com bastante eficiência o seu papel de coordenadora e executora do sistema de avaliação e de fomento à pós-graduação, criando e reformulando, ao longo dos anos, diretrizes e programas que buscam o melhor atendimento das necessidades do sistema de pós-graduação.

No entanto, as suas ações não teriam o mesmo impacto sem o concurso efetivo das instituições responsáveis pela Pós-Graduação no País. Nesse aspecto, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação constituíram e constituem, juntamente com a comunidade científica, os pilares sobre os quais se assenta o poder de ação da CAPES. É com essa convicção e com o propósito de fortalecer essa relação que a CAPES reúne os pró-reitores de pós-graduação. Os dois principais aspectos a serem debatidos referem-se:

1 - À heterogeneidade do sistema de pós-graduação;
2 - Às formas de atuação da CAPES face a heterogeneidade do sistema de ensino superior do País.

De fato, a CAPES atende atualmente à demanda de 162 instituições (59 federais, 29 estaduais, 3 municipais e 71 particulares) nos programas que mobilizam o maior volume de recursos: Demanda Social, PICD e fomento. Dessas, 78 possuem cursos de pós-graduação acompanhados e avaliados pela CAPES. Estes cursos distribuem-se de maneira variada entre as diferentes instituições atendidas, com forte concentração em algumas delas como USP, UFRJ, UNICAMP, UNESP, UFMG, UFRGS, e, no geral, principalmente na Região Sudeste. Por outro lado, as instituições atendidas pela CAPES apresentam diferentes perfis, não só em termos de dimensão, como nos seus aspectos organizacional,

administrativo, vocacional, etc. Em outras palavras, a CAPES atua junto a uma gama extremamente variada de instituições: pequeno, médio e grande porte; públicas (federais, estaduais, municipais) e privadas (confessionais e comunitárias), universidades e IES especializadas (EPM e FGV), bem como institutos de pesquisa e associações de IES (Acafe).

A avaliação setorial da pós-graduação coordenada pela CAPES e a distribuição de recursos em função dessa avaliação minimizaram a heterogeneidade do sistema. A avaliação privilegia a qualidade dos cursos, no conjunto das áreas, através de padrões estabelecidos por seus especialistas. Entretanto, o ambiente institucional do curso e a própria instituição deixaram de ser objeto de diagnóstico/avaliação e, portanto, de orientação da ação de fomento da CAPES.

Se, por um lado, a CAPES avalia e distribui a maior parte de seus recursos por setores do conhecimento, por outro lado estabeleceu relações institucionais que se reduziram, quase exclusivamente, à administração de seus programas, uma vez que as universidades não sinalizaram com uma demanda calcada no planejamento a partir de uma política de formação de recursos humanos para a instituição como um todo.

Assim, o crescimento da pós-graduação nas universidades se fez, muitas vezes, sem base em uma política de desenvolvimento globalizante, centrado mais em lideranças científicas e iniciativas individualizadas do que em projetos institucionais de médio e longo prazo. A questão fundamental que se coloca, portanto, é a do planejamento institucional que vise fortalecer a capacidade de formação de recursos humanos de alto nível para a docência, para a pesquisa ou para o setor público e privado. Esse plano envolve certamente o que as instituições têm de melhor e suas carências face aos seus objetivos, prioridades e potencial. Com base nesses planos, a CAPES poderá orientar melhor o seu fomento e suas bolsas, no País e no exterior. Isso significará contextualizar o setorial, dando-lhe maior consistência e viabilidade. O acompanhamento da execução desses planos deverá ser feito por comissões compostas por especialistas nos setores envolvidos e por profissionais com experiência em gestão universitária.

Para finalizar, torna-se fundamental destacar que a CAPES, ao recolocar o aspecto institucional, ao lado da avaliação setorial, como um dos elementos fortes na orientação de sua política de distribuição de recursos, busca dar maior efetividade à sua ação de fomento, retomando e ampliando a proposta do I PNPQ. Sabe-se que os resultados quantitativos do sistema de pós-graduação não atendem às necessidades do País: para uma população de 150 milhões de habitantes, tem-se cerca de 60.000 pós-graduados. Torna-se necessário otimizar o potencial institucional instalado (cerca de 1.600 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em sua grande maioria considerados de boa qualidade) e adequá-lo, juntamente com a graduação e a pós-graduação *lato sensu*, às reais necessidades de formação de recursos

humanos de alto nível para o País. Isso só poderá ser feito em permanente diálogo das agências de fomento com os altos dirigentes das IES.

Solicita-se, pois, aos pró-reitores que debatam e apresentem sugestões sobre os seguintes temas:

1 - Aspectos fundamentais que comporiam um Plano Institucional de Formação de Recursos Humanos, a ser apresentado à CAPES de três em três anos;
2 - Contribuição das Pró-Reitorias de Pós-Graduação para a questão da avaliação setorial;
3 - Formas de atuação da CAPES face à heterogeneidade do sistema de ensino superior: políticas de apoio institucional, regional e à áreas prioritárias, face ao desenvolvimento do País.

MERCADO DE TALENTOS

BOLSISTAS DA CAPES NO EXTERIOR, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE DEVERÃO CONCLUIR O CURSO ATÉ MARÇO/94

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Nome: Américo Sheitiro Tabata
Área/subárea: Física da Matéria Condensada
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Inst. National des Sciences Appliquées - Lyon
Início do curso: Outubro/89
Previsão para a defesa da tese: Janeiro/94
Provável tema da tese: "Photoluminescence from 2D Electron Gas and Many Body Effects as a Probe of the Crystalline Quality of Pseudomorphic".
Endereço para contato: 20, Avenue Albert Einstein Insa - Lyon - LPM Villeurbanne Cedex - 69621 França

ENGENHARIAS

Nome: Marco Antonio Freire Ramos
Área/subárea: Minas
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Imperial College of Science and Technology and Medicine (University of London)
Início do curso: Outubro/89

Previsão para a defesa da tese: Março/94
Provável tema da tese: "Desenvolvimento de Estudos de Simulação para a Planta de Processamento Mineral Objetivando a Gerência e o Controle".
Endereço para contato: 1C Nettleden House
Calle Street Londres - 3RD Grã-Bretanha

Nome: Jorge Salomão Boabaide
Área/subárea: Engenharia Aeroespacial
Nível: Doutorado
Universidade de destino: University of Sheffield
Início do curso: Novembro/89
Previsão para a defesa da tese: Abril/94
Provável tema da tese: "A Influência de Processos de Fabricação sobre a Propagação de Trincas Curtas de Fadiga em Superligas à Base de Níquel".
Endereço para contato: Sirius - Department of Mechanical and Process Engineering University of Sheffield Mappin Street Sheffield - S1 3JD Grã-Bretanha

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Nome: Maurício Viotti Daker
Área/subárea: Psiquiatria

Nível: Doutorado
Universidade de destino: Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg
Início do curso: Abril/90
Previsão para a defesa da tese: Março/94
Provável tema da tese: Aspectos Históricos e Atuais da Psicose Única
Endereço para contato: Psychiatrische Klinik Vosstrasse 4 Heidelberg - D-69115 Alemanha

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Nome: Carlos Dias da Silva Júnior
Área/subárea: Fisiologia Vegetal
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Université de Jussieu - Paris VII
Início do curso: Setembro/88
Previsão para a defesa da tese: Março/94
Provável tema da tese: "Mecanismos Fisiológicos de Plantas de Côco".
Endereço para contato: Laboratoire de Biologie Vegetale, Route De La Tour Denecourt Fontainebleau - CEP 77300 - França.

CIÊNCIAS HUMANAS

Nome: Alessia de Miranda Marinho
Área/subárea: Psicologia da Personalidade (Clínica)
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Université de Jussieu - Paris VII
Início do curso: Novembro/89
Previsão para a defesa da tese: Abril/94
Provável tema da tese: "Alcoolismo - Dispositions Individuelles - Interactions Familiales et Devenir des Enfants de Parents Alcooliques".
Endereço para contato: 99, Avenue de la République Esc. 7 Villejif - 94800 França

Nome: Cláudia Costa Brochado
Área/subárea: História Antiga e Medieval
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Universidade de Barcelona - Espanha
Início do curso: Março/90
Previsão para a defesa da tese: Fevereiro/94
Provável tema da tese: "El Matrimonio em los Procesos del Archivo Diocesano de Barcelona em el Siglo XV".
Endereço para contato: Calle Sepulveda, 46 (7/3) Barcelona - 08015 Espanha

Nome: Suzana Mara Miranda Pacheco
Área/subárea: Geografia Regional
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Universidad de Barcelona
Início do curso: Novembro/89
Previsão para a defesa da tese: Janeiro/94
Provável tema da tese: "Papeles e Identidad de Rio de Janeiro Metropolitano".
Endereço para contato: Av. Joseph Tarradellas, 136 - Atico 2A Hospitalet de Llobregat Barcelona - 08901 Espanha

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Nome: Rayny Workman Afonso de Menezes
Área/subárea: Economia
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Université de La Sorbonne-Nouvelle - Paris III
Início do curso: Fevereiro/90
Previsão para a defesa da tese: Janeiro/94
Provável tema da tese: "A Tecnologia enquanto Elemento do Regime de Acumulação: Uma Análise da Influência do Uso de Novas Técnicas na Configuração Cíclica do PIB Real do Brasil no Período Pós-Guerra (1945-1985)".
Endereço para contato: 8, Rue Charles Moureu Paris - 75013 França

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

Nome: Iara Helena Behs
Área/subárea: Música
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Staatliche Hochschule Fur Musik Karlsruhe
Início do curso: Outubro/89
Previsão para a defesa da tese: Março/94
Provável tema da tese: Não há tese
Endereço para contato: Willy Andreas Allee 1 Karlsruhe 1 - 7500 Alemanha

Nome: Maria Suzana Marc Amoretti
Área/subárea: Literatura Comparada
Nível: Doutorado
Universidade de destino: Université de Limoges
Início do curso: Novembro/89
Previsão para a defesa da tese: Janeiro/94
Provável tema da tese: "A Teoria do Carnaval"
Endereço para contato: 3, Rue Marcel Madoumier Zup de L'Aurence Limoges - 87100 França

INFORME CAPES

NOVIDADES

BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

A partir de 1994, a CAPES estará implementando o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDAC) cujo objetivo é apoiar as instituições de ensino superior que não detêm as condições necessárias para a criação, desenvolvimento ou consolidação de determinadas áreas do conhecimento, oferecendo-lhes a possibilidade de contar com professores aposentados, altamente qualificados e cientificamente ativos.

A implantação deste programa traduz a preocupação da CAPES com a reposição da capacidade docente das universidades, que vem diminuindo, principalmente nos últimos dois anos, devido à aposentadoria precoce de professores. Desde 1991, a CAPES já vem buscando auxiliar as universidades na reposição de seus quadros com a implantação do Programa de Bolsas de Dedicção Acadêmica, cujo objetivo é reter, nas instituições, professores com tempo de serviço para se aposentarem.

O PDAC oferecerá os seguintes benefícios:

- Mensalidades para manutenção do candidato, correspondente ao valor do salário de Professor Titular das Instituições Federais de Ensino Superior, em regime de dedicação exclusiva (contrapartida da CAPES)
- Auxílio inicial ao bolsista para a infra-estrutura necessária às suas atividades: aquisição de livros, revistas, material de laboratório, equipamento de informática e até três bolsas de Iniciação Científica (contrapartida do CNPq);
- Auxílio ao bolsista para instalação (mudança e transporte) e/ou moradia; apoio à manutenção ou expansão da infra-estrutura; apoio à fixação na universidade dos recursos humanos treinados (contrapartida da universidade solicitante).

Para participar deste Programa, os professores deverão se dispor a mudar de região geográfica, instalando-se na localidade onde está situada a instituição solicitante e a dedicar-se, em período integral, às atividades de ensino e pesquisa.

MOSTRA DE ARTES DO ACERVO DA CAPES

No início deste ano, a CAPES lançou o Projeto Acervo de Obras de Arte dos Bolsistas CAPES. Através desse projeto buscou-se criar um acervo de obras, doadas a esta agência por seus bolsistas e ex-bolsistas, que ficarão permanente expostas em suas dependências. Vários artistas, individualmente ou através de seus cursos (como os da ECA e da UFRGS), responderam prontamente ao apelo da CAPES. Assim, vinte e uma obras, entre gravuras, pinturas e esculturas, puderam participar de uma exposição no Espaço Cultural do MEC, inaugurada no dia 16 de setembro pelo Ministro Murílio Hingel com a presença de vários artistas e autoridades. Fizeram parte da mostra obras dos artistas:

Adolfo Bitencourt
Alberto Semeler,
Amarilis Chaves,
Angela Poltzmann,
Camela Gross,
Cláudia Barlisan,
Cláudia Saldanha,
Elizabeth Jobim,
Evandro Jardim,
Evelise Anicet,
Félix Bressan
Geraldo Roberto da Silva,
Júlio Plaza,
Luiza Kotaira,
Lurdi Blauth,
Norma Grimberg,
Regina Silveira e
Tereza Poester.

A CAPES continua recebendo doações. Para maiores informações, favor contatar a Assessoria de Comunicação e Documentação através dos telefones (061) 214.8860 ou 225.2279

PICD

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) está sendo revisto pela CAPES com a finalidade de melhor atender às necessidades

das IES. No próximo ano, informações mais detalhadas serão veiculadas neste Boletim.

Demanda Social

A partir de 1994, os bolsistas da Demanda Social deverão elaborar um "Relatório Anual de Ativi-

dades" e submetê-lo à apreciação da Comissão de Bolsas do curso ao qual estão vinculados. Informações mais detalhadas serão divulgadas no Manual de Programas da Demanda Social a ser distribuído no próximo ano às coordenações de curso.

COMUNICADOS:

CURSOS NOVOS DE MESTRADO E DOUTORADO

RECOMENDADOS PELO GRUPO TÉCNICO CONSULTIVO (GTC) EM 1993

Administração	Universidade Federal da Bahia	doutorado
Administração	Universidade Federal do Paraná	mestrado
Administração	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	doutorado
Agronomia	Universidade de Brasília	mestrado
Agronomia/Solos e Nutrição de Plantas	Escola Superior de Agricultura de Lavras	doutorado
Antropologia	Universidade Federal do Pará	mestrado
Antropologia Social	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	doutorado
Artes	Universidade Estadual Paulista Júlio M. Filho	mestrado
Artes Visuais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	mestrado
Biociência	Universidade de São Paulo	mestrado
Biociência Industrial	Faculdade de Engenharia Química de Lorena	mestrado
Ciência da Computação	Universidade Federal de Pernambuco	doutorado
Ciência da Computação	Universidade Estadual de Campinas	doutorado
Ciência da Motricidade	Universidade Estadual Paulista Júlio M. Filho/ Rio Claro	mestrado
Ciência da Religião	Universidade Federal de Juiz de Fora	mestrado
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Universidade Federal de Viçosa	doutorado
Ciências dos Materiais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	doutorado
Ciências dos Materiais e Metalurgia	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	doutorado
Ciências/Energia Nuclear na Agricultura	Universidade de São Paulo/ Centro de Energia Nuclear na Agricultura	doutorado
Cirurgia da Cabeça e Pescoço	Hospital Heliópolis	mestrado
Cirurgia do Aparelho Digestivo	Universidade de São Paulo	mestrado/doutorado
Clínica Médica	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	mestrado
Clínica Médica	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	mestrado
Clínica Veterinária	Universidade de São Paulo	mestrado/doutorado
Demografia	Universidade Estadual de Campinas	doutorado

Direito	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	mestrado
Doenças Infecciosas e Parasitárias	Universidade Federal Fluminense	mestrado
Ecologia	Universidade de Brasília	doutorado
Economia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	doutorado
Economia Doméstica	Universidade Federal de Viçosa	mestrado
Educação	Universidade Federal de Sergipe	mestrado
Educação	Faculdades Integradas da Católica de Brasília	mestrado
Engenharia da Pesca	Universidade Federal do Ceará	mestrado
Engenharia de Materiais	Universidade de São Paulo/São Carlos	mestrado/doutorado
Engenharia de Produção	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	doutorado
Engenharia Química	Universidade Federal de Uberlândia	mestrado
Filosofia	Universidade Federal de Minas Gerais	doutorado
História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	doutorado
História	Universidade Federal de Pernambuco	doutorado
História Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro	doutorado
Imunologia	Universidade Federal da Bahia	mestrado
Medicina Interna	Universidade Federal de Santa Catarina	mestrado
Medicina Tropical	Universidade Federal do Pará	mestrado
Medicina Veterinária	Universidade Estadual Paulista Júlio M. Filho/ Jaboticabal	mestrado
Neurocirurgia e Comportamento	Universidade de São Paulo	mestrado/doutorado
Nutrição Humana Aplicada	Universidade de São Paulo	mestrado/doutorado
Odontologia (Endodontia)	Universidade de São Paulo	doutorado
Odontologia (Prótese Dentária)	Universidade de São Paulo	doutorado
Patologia Tropical	Universidade Federal do Ceará	mestrado
Pediatria	Facul. de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	mestrado/doutorado
Planejamento de Sistemas Energéticos	Universidade Estadual de Campinas	doutorado
Psicologia	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	mestrado
Química	Universidade Federal da Bahia	doutorado
Química	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	doutorado
Química	Universidade de Brasília	doutorado
Química	Universidade Estadual Paulista Júlio M. Filho/Araraquara	mestrado/doutorado
Química Orgânica	Universidade de São Paulo /Ribeirão Preto	doutorado
Reprodução Animal	Universidade de São Paulo	doutorado
Saúde Coletiva	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	mestrado
Teatro	Universidade do Rio de Janeiro	mestrado
Teologia	Escola Superior de Teologia / RS	doutorado
Teologia	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	mestrado
Tocoginecologia	Universidade Estadual de Campinas	mestrado/doutorado
Zootecnia/Nut.Prod. Animal	Universidade Estadual Paulista Júlio M. Filho/Botucatu	doutorado

EXISTEM PRAZOS PARA ENCAMINHAR PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO NA CAPES?

executiva do Grupo Técnico Consultivo (GTC) da CAPES, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou órgão equivalente na instituição”.

QUAL O PERÍODO DE INSCRIÇÃO PARA BOLSAS NO EXTERIOR?

As inscrições para cursos com duração superior a seis meses encontram-se abertas até 31 de dezembro próximo, improrrogavelmente. Para cursos com duração inferior a seis meses, há calendário específico, com seis períodos de inscrição no ano:

Responde a Divisão de Acompanhamento e Avaliação (DAA) da Diretoria de Avaliação:

“A documentação que acompanha projetos de novos cursos deve ser enviada nos períodos de janeiro/fevereiro ou julho/agosto, ou seja, com seis meses de antecedência em relação à data prevista para início do funcionamento do curso. O processo, em quatro vias, deverá ser encaminhado à secretaria

CURSOS/EVENTOS COM INÍCIO EM

INSCRIÇÕES ATÉ

Janeiro/fevereiro	01 de novembro
Março/abril	02 de janeiro
Maio/junho	01 de março
Julho/agosto	02 de maio
Setembro/outubro	01 de julho
Novembro/dezembro	01 de setembro

Os formulários para ambas as modalidades encontram-se nas pró-reitorias de pós-graduação ou órgão equivalente nas universidades.

POR QUE E COMO AVALIAR?

Ana Maria Fernandes*

As atividades de pesquisa sofrem uma avaliação constante: na seleção ou recrutamento de novos pesquisadores, na avaliação de suas carreiras (avaliação pelos pares, quando isto ocorre), na seleção de projetos, no reconhecimento (pelos comitês editoriais de revistas), portanto neste aspecto a avaliação não é uma novidade. A novidade da avaliação seria com relação a uma política nacional e seus diversos aspectos postos em prática. A necessidade dos poderes públicos de justificarem o apoio à pesquisa é uma das razões mais evidentes para a avaliação, assim como a necessidade de justificar as prioridades orçamentárias, para que elas sejam aceitas e legitimadas. Esta necessidade de um controle político maior sobre a orientação do progresso científico e tecnológico revela que a pesquisa é uma coisa muito importante para que sua gestão seja confiada apenas aos investigadores. Portanto, grande parte da responsabilidade pelo processo de avaliação, de justificação do orçamento e da decisão sobre que grau ou tipo de progresso científico e tecnológico deveria ser planejado estrategicamente, caberia às agências, ou à coordenação das mesmas.

Por que não foram estabelecidos os mecanismos de acompanhamento, avaliação e realimentação do sistema nacional de C&T desde que ele foi estabelecido, ou mesmo durante a fase de ouro? Com exceção da CAPES, e do seu programa de avaliação da pós-graduação, nenhum outro projeto de avaliação setorial, de políticas ou de recursos globais para C&T foi estabelecido e/ou teve continuidade. As mudanças no sistema de C&T, ou sua deterioração, poderiam explicar um enfraquecimento ou descontinuidade do sistema de avaliação, se ele existisse, mas não explicam a sua não existência.

* Professora Doutora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Historicamente, isto pode ser entendido a partir das circunstâncias em que a CAPES assumiu a atribuição junto à pós-graduação, quando diz-se que ela estava esvaziada frente ao CNPq e à FINEP. O fato da CAPES ser um órgão pequeno e de ter por função coordenar a política nacional de pós-graduação, explica a relação estreita estabelecida entre a coordenação da política e o mecanismo de acompanhamento e avaliação do sistema.

Começa na CAPES, no ano de 1976, um acompanhamento sistemático do sistema como um todo, e se implanta um sistema de avaliação dos cursos e programas de pós-graduação. Esta forma de avaliação atendia a duas necessidades. De um lado, responder ao clamor que se erguia contra o crescimento exagerado do número de programas e do conseqüente risco de perda da qualidade acadêmica, vindo a se constituir em mais um engodo do sistema educacional brasileiro. Por outro lado, atendia à necessidade de identificar, para o MEC em geral, e para a CAPES em particular, os méritos e as conquistas assim como as deficiências e problemas dos cursos, orientando o processo decisório para alocação de recursos e formulação de políticas.

Outro mecanismo, ainda mais poderoso, foi estabelecido entre a avaliação e o funcionamento dos cursos, através do processo de credenciamento e reconhecimento dos cursos de pós-graduação, que se faz de uma forma vinculada, através de cooperação técnica entre a CAPES e o CFE (Conselho Federal de Educação), a partir de janeiro de 1981.

A CAPES vinculou ao sistema de avaliação ações efetivas tais como critérios para distribuição de bolsas e recursos aos programas. Os resultados da avaliação, portanto, não se traduzem apenas em indicadores de status ou prestígio do curso numa escala nacional, mas em resultados operacionais concretos, como reconhecimento oficial, bolsas e recursos.

Fica como questão, até que ponto o processo de avaliação realmente alimenta a formulação da política nacional de pós-graduação, e menos ainda se em harmonia com a política de educação superior, como foi idealizada. Temos a impressão que não, e fomos informados de que apenas o III PNPG (1986-89) levou em consideração os pontos de estrangulamento apontados pelas avaliações, e mesmo assim como recomendações. Portanto, até mesmo este processo de avaliação não informa os níveis estratégico, normativo e operacional do planejamento e da tomada de decisões.

É surpreendente que a CAPES enquanto agência vinculada ao MEC, por décadas, não tenha influenciado uma política de formação de recursos humanos nos vários níveis, como técnicos de nível médio, ou uma educação básica universalizada. Portanto planejou-se a pós-graduação sem se pensar nos outros níveis de ensino, resultando na discrepância de que o Brasil possui atualmente, comparado com outros países da América Latina, baixas taxas de escolaridade no ensino fundamental, relativamente baixa no nível universitário e muito elevada na pós-graduação.

A CAPES passou alguns anos sem fornecer os dados da pós-graduação agregados por áreas, em séries históricas completas. Como seria possível, a nível quantitativo, a avaliação do sistema e a análise do mesmo, como base para a formulação de políticas? Outra questão seria, até que ponto a política de pós-graduação informa a formulação de outras políticas setoriais, como por exemplo, a de formação de recursos humanos, ou é por elas informada? Arriscamos afirmar que não há este grau de integração nem a nível das agências do sistema, nem das políticas.

Existem falhas na avaliação da CAPES. Consideremos algumas. Um dos efeitos negativos, que tem sido apontado e verificado, deste processo de avaliação, é a excessiva uniformização dos programas de pós-graduação. Desde que são estabelecidos indicadores, critérios, e portanto um padrão de programa A, os que estão abaixo tentarão alcançar aquele padrão pela assimilação das características dos programas condecorados. Isto é tomado como um indicador de eficácia.

Outra falha muito grande neste processo de avaliação, é não computar o grau de evasão de

alunos do sistema e não tomar o critério ' tempo de formação ' como fundamental. Por outro lado, todos os cursos de A a E possuem 50% de evasão, tempos médios de duração altíssimos, e por que mudar?

A avaliação é feita por áreas estanques do conhecimento, e segundo depoimentos de consultores e técnicos, varia de área para área, portanto o A de uma determinada área não tem o mesmo significado que o de outra, apesar da utilização dos mesmos critérios.

A não inclusão de novos critérios, ou a atribuição de pesos maiores a critérios existentes, leva a uma acumulação de cursos nos níveis A e B, que é considerada, freqüentemente, apenas como um aperfeiçoamento do sistema.

Estas são as razões mais citadas pelos cientistas e veiculadas em documentos sobre a avaliação da pós-graduação. Ouvi a opinião de que continuamos a avaliar os cursos de pós-graduação em 1992 com os paradigmas de 1975, e que deveria ser estabelecido um novo patamar para cada área do conhecimento, e que a avaliação deveria ser classificatória. Pergunto: Como podem ser A cursos que apresentam taxas de evasão de 50%? Este índice de qualidade e produtividade seria aceito num hospital ou numa indústria? O sistema universitário pode ser considerado perdulário, na graduação e na pós-graduação, e é um sistema caríssimo, principalmente para um país pobre, pois um país rico não o teria funcionando assim, ou não seria rico. Sugeriria um estudo em profundidade sobre as causas da evasão em nível da graduação e da pós-graduação, e nesta, um levantamento da percentagem de pós-graduandos que evadiram após terem bolsa, e por quanto tempo.

A capacidade do sistema universitário de geração do produto esperado é baixíssima, apesar dos custos altíssimos, dos níveis de qualidade dos professores, campus, equipamento, número elevado de bolsas, como atesta documento da Secretaria de Ciência e Tecnologia:

“Esse esforço na oferta de bolsas foi, entretanto, insuficiente para assegurar uma melhoria do desempenho da pós-graduação, pelo menos no que se refere à titulação. Dados da CAPES têm registrado, ao longo dos últimos anos, um índice médio de titulação estável, próximo de 10,5% no mestrado e de 9,3% no doutorado, em relação aos

alunos matriculados, formando-se em média 3.770 mestres e 500 doutores por ano. Esses números estão muito aquém do necessário para acompanhar a demanda de pesquisadores para a modernização da atual estrutura sócio-econômica do País”

Um estímulo para os alunos concluírem seus cursos seria a instauração de um sistema meritocrático, com fim da “República dos Padrinhos”. Seria necessário vincular ao próprio mecanismo de avaliação um contrato entre bolsista-agência financiadora. Atualmente, o bolsista pode receber a bolsa pelo período total, ou mesmo parcial, e não terminar o programa, e isto não implica na devolução da bolsa recebida. Bolsistas no exterior que não retornam ao País, tampouco devolvem a bolsa recebida.

Os tempos médios para titulação são exorbitantes, cinco anos para o mestrado e cinco anos e meio para

o doutorado, segundo o III PNPG. Estamos formando um mestre, em média, em cinco anos, enquanto os países do primeiro mundo o fazem, no máximo, em dois anos. Estamos penalizando o aluno, o diploma, o sistema e o País. Os alunos chegam ao doutorado cansados, sem inspiração e sem originalidade, um requisito básico deste nível.

Uma questão fundamental, como já foi afirmado, que pode parecer absurda, mas deve ser considerada, é se este sistema de avaliação tem realmente informado o plano normativo, operacional e principalmente o planejamento estratégico de uma política geral de formação de recursos humanos, não só em nível da pós-graduação, mas também nos níveis intermediários, de técnicos de nível médio, e se estimula a expansão, ou melhor universalização, do ensino fundamental.

